

‘Mutirão Direito a Ter Pai 2020’ virtual promove reconhecimento de paternidade de pai e filha a 1.000 km de distância

Formato da iniciativa extrajudicial foi adaptado para evitar risco de contágio pela Covid-19 e mostra ótimos resultados. Sessão por videochamada uniu filha, que estava em Caxambu, e o pai, em Almenara

O formato virtual adotado pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) para a realização da 8ª edição estadual do Mutirão Direito a Ter Pai tem funcionado bem e, além de possibilitar a participação dos cidadãos de forma segura, tem viabilizado também que filhos, pais e supostos pais possam oficializar a situação ainda que estejam em cidades diferentes.

Foi dessa forma que o Mutirão Direito a Ter Pai transpôs os cerca de 1.100 quilômetros de distância que separavam Flávia Pereira dos Santos e Lourivaldo Teixeira da Cruz, preenchendo a lacuna de mais de 40 anos que havia na certidão de nascimento da assistida.

Residente em Caxambu, Flávia entrou em contato por meio do Whatsapp da unidade da Defensoria Pública na comarca e recebeu todas as orientações sobre a documentação necessária.

[LEIA A MATÉRIA NA ÍNTEGRA](#)



Flávia Pereira dos Santos: “Sempre soube que meu pai não me registrou porque não pôde e convivi bem com isso a vida toda. Foi vendo a certidão da minha filha sem o nome dos avós que decidi”. Ao lado do defensor público e coordenador local da DPMG em Caxambu, Frederico Piclum, ela se diz muito satisfeita com a qualidade e facilidade do procedimento e considerou a sessão virtual “emocionante e bonita”.

DPMG assina protocolo para criação da Rede Mineira de Integridade

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) foi representada pelo defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, na solenidade de abertura do 1º Seminário Mineiro de Integridade, realizada no dia 28/9.

O evento online reuniu especialistas em integridade e autoridades de todas as esferas de poder de Minas Gerais para debater temáticas relativas à integridade e prevenção à corrupção.

Durante o seminário foi assinado digitalmente o Protocolo de Intenções para a criação da Rede Mineira de Integridade – RMI, cuja formação inicial é composta pelos seguintes órgãos estaduais de Minas Gerais: Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado, Defensoria Pública e Ministério Público.

[CONTINUA NA PÁGINA 2](#)

Defensoria Pública de Minas obtém êxito na primeira ação de indenização relativa ao incêndio da creche em Janaúba

Justiça condenou município a pagar indenização por danos morais sofridos por pai que perdeu o filho na tragédia

[PÁGINA 4](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO:

> Agenda DPG

[PÁGINA 2](#)

> Na mídia

[PÁGINAS 3, 4 e 5](#)

> Mundo oficial

[PÁGINA 3](#)

> Escola Superior

[PÁGINAS 6 e 7](#)

> Ações em destaque

[PÁGINAS 4, 5 e 6](#)

> Procedimentos internos

[PÁGINA 8](#)

CONTINUAÇÃO DA CAPA

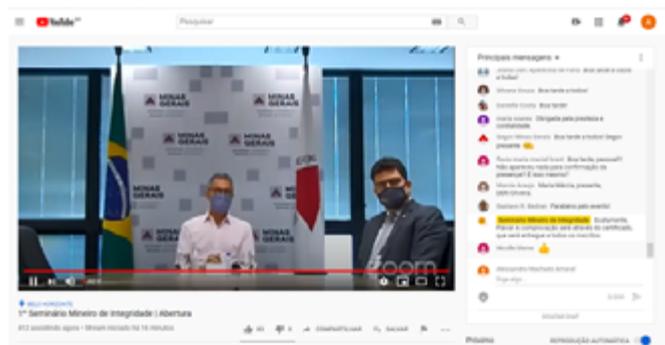
DPMG assina protocolo para criação da Rede Mineira de Integridade

A Rede Mineira de Integridade tem como objetivo principal o fortalecimento da atuação conjunta nas ações de fomento à integridade, prevenção e combate à corrupção, promoção da integridade e da ética pública, respeitadas as competências e atribuições de cada membro integrante.

O seminário é uma iniciativa conjunta da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG), Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), com o apoio da Transparência Internacional Brasil (TIBr).



O defensor público-geral de Minas Gerais foi um dos dirigentes das instituições que assinaram digitalmente o Protocolo de Intenções



Governador Romeu Zema e o controlador-geral Rodrigo Fontenelle



Defensor-geral, Gério Soares: marco histórico para o Estado, “ao trazer para o debate a ética e a probidade na gestão pública”

[Leia a matéria na íntegra](#)

Subdefensora-geral detalha ações de inovação da DPMG para atendimento ao cidadão em debate no Seminário Mineiro de Integridade

A subdefensora pública-geral do Estado, Marina Lage Pessoa da Costa, participou de debate na quarta-feira (30/9) da 3ª Sessão de Debate do 1º Seminário Mineiro de Integridade, representando a Defensoria Pública de Minas Gerais.

Subdefensora pública-geral Marina Lage salientou a importância da credibilidade das instituições



Alado do deputado estadual Guilherme da Cunha Andrade, que representou a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Marina Lage fez parte do painel que reuniu as instituições reconhecidas pelos serviços públicos oferecidos diretamente à população, abordando como a melhoria atendimento ao cidadão é uma importante ação no sentido do fomento à integridade pública. O professor da Universidade Federal de Uberlândia e membro do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção do Estado de Minas Gerais, Vidigal Fernandes Martins, foi o mediador.

Observando que a integridade deve ser intrínseca ao serviço público e é um convite à reflexão sobre como fazer melhor, a subdefensora pública-geral pontuou ações com as quais a Defensoria Pública de Minas Gerais tem aperfeiçoado seus serviços e processos internos com foco no interesse público.

[Assista aqui a 3ª Sessão de Debate](#)



MUNDO OFICIAL

Defensoria Pública de Minas participa de homenagem da ALMG a policiais militares

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) foi representada pela assessora institucional, defensora pública Letícia Fonseca Cunha, na reunião da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), realizada no dia 2/10, para homenagear os cabos da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Viviane Catarina Maria Pinto e Edson Geraldo da Silva Júnior; e a 2º-sargento PM Marcilaine Rodrigues da Silva do Carmo.

Em fevereiro deste ano, os três protagonizaram eventos que chamaram a atenção da sociedade, uma vez que extrapo-

laram as funções de um policial militar. Viviane e Edson realizaram um parto de emergência, dentro da base policial da Estação Diamante (região do Barreiro, em Belo Horizonte). Marcilaine amamentou um bebê de três meses, que chorava de fome dentro da Delegacia de Mulheres do bairro Barro Preto, enquanto sua mãe era atendida, vítima de violência doméstica.

A reunião foi realizada de forma remota em razão da epidemia de Covid-19 causada pelo coronavírus, com a presença de poucos convidados.

Fotos: Sarah Torres/ALMG



À esq.: o presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Sargento Rodrigues; cabos PM Edson Geraldo da Silva Júnior e Viviane Catarina M. Pinto; chefe do Estado-Maior da PMMG, coronel Eduardo Felisberto Alves; e a assessora institucional da DPMG, Letícia Fonseca Cunha; à direita, a defensora pública faz a entrega da homenagem à 2º-sargento PM Marcilaine Rodrigues, junto com o deputado Sargento Rodrigues

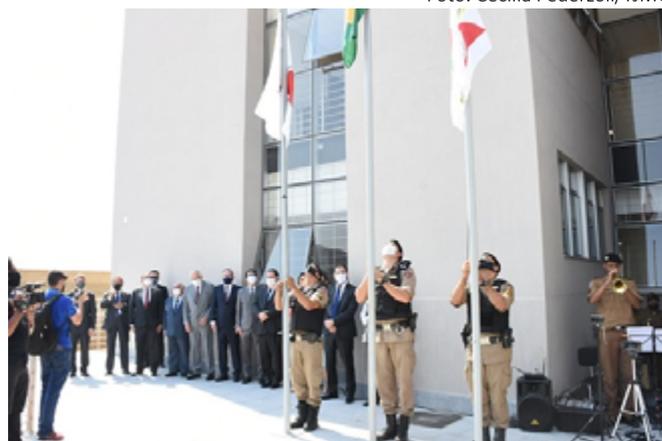
Inauguração do novo Fórum de Carmo do Rio Claro

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, foi representado pelo defensor público Fabrizio de Moraes Barros Mussolin na cerimônia de inauguração do novo Fórum da comarca de Carmo do Rio Claro, cidade do Sudoeste de Minas Gerais.

A solenidade aconteceu na sexta-feira (2/10), com a presença do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Gilson Soares Lemes.

O novo Fórum está preparado para abrigar até três varas, possui dois pavimentos interligados por um elevador e amplas escadas, e é totalmente voltado para acessibilidade de idosos e pessoas com deficiência.

Foto: Cecília Pederzoli/TJMG



AÇÕES DE DESTAQUE NA MÍDIA

Defensoria Pública de Minas promove mais um mutirão de reconhecimento de paternidade

[Bom Dia Minas](#)

Defensor Público-Geral fala da importância do Mutirão Direito a Ter Pai

[Rádio Itatiaia](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas obtém êxito na primeira ação de indenização relativa ao incêndio da creche em Janaúba

A Justiça acolheu o pedido da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e condenou o município de Janaúba a pagar indenização por danos morais sofridos por um pai que perdeu o filho no incêndio da Creche Gente Inocente, ocorrido em 5 de outubro de 2017.

O Município havia negado ao autor o adiantamento parcial de indenização feito às vítimas em razão de ser divorciado à época do incêndio e não ter a guarda do filho falecido.

A ação foi proposta no dia 27 de fevereiro de 2018 ao fundamento de que a responsabilidade do Município seria objetiva, já que o incêndio foi causado por ato doloso de servidor público municipal que exercia a função de vigia da própria creche. Além disso, em razão da

posição de garantidor, emergiria o dever de resguardo da incolumidade física das crianças enquanto estiverem nas dependências do estabelecimento educandário. Por fim, apontou-se como concausa do evento um ato estatal omissivo, já que funcionava em imóvel inadequado e sem alvará do Corpo de Bombeiros.

O defensor público que atuou no caso, Gustavo Dayrell, considera que “a sentença é um marco na busca da reparação integral, e que leva alento e esperança aos familiares, refletindo a árdua luta da Defensoria Pública mineira desde a ocorrência do evento”.

A indenização foi fixada na importância de R\$ 100.000, devendo ainda ser avaliada necessidade de interposição de recurso.

[Leia a matéria na íntegra](#)

NA MÍDIA

Reportagens destacam primeira indenização a vítima da tragédia de Janaúba



Reportagem do “Jornal da Record”, em edição nacional do dia 28 de setembro, destaca a primeira indenização a uma das famílias de vítima do incêndio na creche Gente Inocente, em Janaúba. Em entrevista, o defensor público Gustavo Dayrell comemora a importância da decisão judicial, que abre precedentes e define parâmetros para outras vitórias em favor dos familiares das vítimas na esfera judicial.

[Clique aqui para ver a reportagem.](#)

OUTROS DESTAQUES

Pai que perdeu o filho em incêndio em creche de MG será indenizado

[Portal R7](#)

Defensoria Pública de Minas obtém êxito na primeira ação de indenização por incêndio da creche em Janaúba

[Portal CNJ](#)

DPMG tem êxito na 1ª ação de indenização do incêndio na creche em Janaúba

[Jornal da Cidade BH](#)

Campanha para ajudar famílias

A Defensoria Pública de Minas Gerais abriu sua quarta campanha de arrecadação de brinquedos, calçados, produtos de higiene e alimentos que serão destinados às crianças e familiares dos sobreviventes do incêndio da creche. A expectativa é que a arrecadação seja suficiente para beneficiar também as famílias das crianças que atualmente frequentam a nova creche.

No dia 5 de outubro, a Instituição fará a entrega simbólica das doações ao representante da Associação das Vítimas da Tragédia em Janaúba (AVTJana), que serão distribuídas até o dia 12.

Portal de notícias WebTerra divulga campanha

[WebTerra](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Caso Samarco: Ministérios Públicos e Defensorias Públicas pedem retomada do trâmite da ação de R\$ 155 bi suspensa desde 2018

Ausência de implementação das assessorias técnicas escolhidas pelos atingidos impediu a repactuação dos programas de reparação do desastre

Na quarta-feira, 30 de setembro, o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), a Defensoria Pública da União (DPU), a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES) e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) peticionaram ao Juízo da 12ª Vara Federal requerendo o imediato retorno do andamento processual da Ação Civil Pública nº 0023863-07.2016.4.01.3800, popularmente conhecida como a “Ação Civil Pública dos 155 bilhões”.

Ajuizada pelo MPF em 2 de maio de 2016, a ação pede a condenação da Samarco, Vale e BHP Billiton na obrigação de reparar integralmente os danos socioambientais e socioeconômicos causados pelo desastre do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido no dia 5 de novembro de 2016, em Mariana (MG). O valor das

reparações foi estimado, nesta ação, em R\$ 155 bilhões de reais. Também são réus na ação a União e o Estado de Minas Gerais.

Em 8 de agosto de 2018, o Juízo Federal suspendeu o andamento da ação, com base em uma previsão que consta do acordo firmado no dia 25 de junho de 2018, o TAC Governança (TAC-Gov), assinado pelo MPF, MP-MG, MP-ES, DPU, DPE-MG, DPE-ES, bem como pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, pelas entidades das respectivas administrações indiretas, e pelas empresas Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil.

O TAC-Gov foi homologado integralmente pelo Juízo Federal, que, na mesma data, suspendeu o andamento da ação, conforme expressa previsão do próprio acordo.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Mais 45 famílias em situação de vulnerabilidade recebem cestas básicas do ‘Caminho para o Recomeço’

Em setembro, mais 45 famílias de pessoas em cumprimento de pena ou presas provisórias receberam cestas básicas por meio do projeto “Caminho para o Recomeço”, iniciativa da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em Conselheiro Lafaiete. A ação, que tem também a participação da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parce-

rias (CooProC) da DPMG, auxilia na subsistência de famílias de pessoas encarceradas ou egressas do sistema carcerário em situação de vulnerabilidade financeira.

O objetivo é, com uma entrega a cada mês, prestar apoio a este grupo de cidadãos em vulnerabilidade enquanto perdurar a crise socioeconômica provocada pela pandemia de Covid-19. No total já foram entregues 188 cestas até o momento. A defensora pública Isabela Salomão Silva, que está à frente do projeto, explica que está sendo feito um rodízio entre as famílias beneficiadas, “conforme a circunstância específica de cada família, para que as doações atinjam o maior número de pessoas possível”.

São parceiros da ação o presídio local e diversas entidades beneficentes do município. Também apoiam o projeto: Movimento Familiar Cristão, Super Cesta Básica de Alimentos, Comunidade Viva Sem Fome e Transforma Brasil.



A entrega das cestas contou com o auxílio do setor de Transporte da DPMG e da servidora da Unidade da Instituição em Conselheiro Lafaiete, Cassiana.



NA MÍDIA

Defensor público fala sobre estudo inédito da Defensoria de Minas em programa na TV

O defensor público Flávio Wandeck, em atuação nos tribunais superiores, participou do programa “Entrevista Coletiva”, que foi ao ar no sábado (26/9) e domingo (27/9), pela TV Band e Rádio BandNews, respectivamente.

Ele falou sobre estudo inédito divulgado recentemente pela Defensoria Pública de Minas Gerais, que revelou êxito nos *habeas corpus* impetrados junto ao Supremo Tribunal Federal, e outros temas do Direito Penal.

[Veja aqui a entrevista](#)

NA MÍDIA

Defensor público fala da Rede de Proteção à Pessoa com Deficiência em programa de rádio

O defensor público Luís Renato Braga Arêas Pinheiro participou do programa “Balanço Geral”, da Rádio Itatiaia, na quinta-feira (1º/10). Ele falou sobre a criação da Rede de Proteção à Pessoa com Deficiência entre as Instituições do Sistema de Justiça e Instituições Públicas de Minas Gerais.

A Rede atuará com ações conjuntas na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo a realização de seminários e congressos com foco na educação em direitos e elaboração de projetos no intuito de se criar políticas públicas de inclusão eficazes

Participam da Rede de Proteção a Defensoria Pública de Minas Gerais, Defensoria Pública da União, Ministério Público de Minas Gerais, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Superintendência Regional do Trabalho em Minas Gerais, Procuradoria da Fazenda Nacional e Ordem dos Advogados do Brasil – Seção MG.

[Clique aqui para ouvir a entrevista](#)



ESCOLA SUPERIOR

Primeira edição do webinar “Coletivizando as Lutas” está disponível no canal da Defensoria de Minas no Youtube

A Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep-MG) promoveu, dia 29/9, a primeira rodada do webinar “Coletivizando Lutas – A Educação em Direitos com a Defensoria Pública”. O subtema desta edição foi “E se o escutar fosse um eterno brincar?”, em evento aberto ao público em geral e transmitido ao vivo pelo canal da Defensoria Pública de Minas no Youtube: youtube.com/c/defensoriamineira

Participaram do debate Sérgio Luciano, que investiga e busca conexões entre Processwork, Comunicação Não Violenta e Psicologia Junguiana; e Ravi Resck, músico, nômade, educador ambiental, amante do pensamento sistêmico e pesquisador de processos colaborativos.

A defensora pública Francis Coutinho, autora do Projeto “Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc)



– Paz em Ação” e idealizadora do webinar, foi a facilitadora do diálogo. Segundo ela, a proposta dos encontros é avaliar a escuta enquanto instrumento de grande importância para as relações humanas, seja no ambiente de trabalho ou na escola.

ESDEP INFORMA

Curso a distância Planejamento e Orçamento Público

Estão abertas as inscrições para o curso a distância “Planejamento e Orçamento Público”, oferecido pela Escola do Legislativo da ALMG. O objetivo da capacitação é informar sobre a estrutura e o funcionamento do planejamento e do orçamento do Estado de Minas Gerais, com foco nos canais de participação popular, além de qualificar a participação nas discussões dos projetos de lei orçamentária anual e de revisão do PPAG que tramitam na ALMG.

As inscrições vão até 22 de novembro.

[Clique aqui para se inscrever](#)

Gestão Ambiental: Guarda Responsável e Manejo Ético da Fauna Doméstica

No dia 7/10, das 15 às 16h30, o Governo de Minas Gerais promove webinar, com participação aberta e gratuita, sobre “Guarda responsável e manejo ético da fauna doméstica”, para trazer à tona discussão sobre as iniciativas desenvolvidas internamente na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de MG (Semad) e de outras entidades e demonstrar a relevância da educação humanitária para o bem-estar animal na perspectiva ambiental.

Pelo Youtube, no canal Meio Ambiente Minas Gerais.

[Clique aqui para ver a programação](#)

ESCOLA SUPERIOR

Live da Esdep debate “Princípio da Jurisdição Equivalente”



“Princípio da Jurisdição Equivalente” foi o tema da live que a Defensoria Pública de Minas Gerais promoveu na quinta-feira (19/10), por meio de sua Escola Superior (Esdep). O debate contou com a participação dos defensores públicos Alfredo Emanuel Farias de Oliveira (MG) e Felipe Borring Rocha (RJ).

- A série de lives organizada pela Defensoria Pública mineira debate, entre outros, temas relacionados aos direitos humanos, acesso à justiça e cidadania, e conta com a presença de defensores públicos e convidados.

>> A transmissão acontece às quintas-feiras, pelo Instagram [@defensoriamineira](https://www.instagram.com/defensoriamineira), onde o link fica disponível.

‘Diálogos com a Desits’ sobre ações indenizatórias aborda seguros, ofensas na Internet, acidentes e Brumadinho

“Ações Indenizatórias” foi o tema do debate do 11º encontro virtual da série “Diálogos com a Desits”, promovido pela Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG) na sexta-feira (2/10).

A reunião foi conduzida pelos defensores públicos Felipe Soledade, em atuação na Defensoria Especializada de Segunda Instância e Tribunais Superiores – Cível

(Desits-Cível), e Antônio Lopes de Carvalho Filho, coordenador do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise.

Felipe Soledade abordou algumas modalidades de ações indenizatórias, como ações por acidentes de trânsito e ações relativas a seguros e ofensas em internet. As defensoras e defensores debateram questões comprobatórias e casos concretos, analisando jurisprudência defensiva e súmulas do STJ e STF.

O defensor público Antônio Lopes falou sobre a experiência do Núcleo no caso do rompimento da barragem de Brumadinho, em que a Defensoria Pública de Minas compôs um caminho extrajudicial, fundado na composição consensual para solução de questões indenizatórias.

>> A próxima edição do evento será na sexta-feira (9/10), a partir das 10 horas, com o tema da área Criminal “Execução Penal – Tendências nos Tribunais Superiores”.



BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br

PROCEDIMENTOS INTERNOS

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Aberta consulta para cooperação voluntária e temporária na Defensoria de Execução Penal de Visconde do Rio Branco

A Resolução nº 278/2020, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais no dia 29/9/2020, dispõe sobre abertura de consulta para interessados em participarem de cooperação voluntária e temporária na Defensoria de Execução Penal de Visconde do Rio Branco, nos processos do sistema eletrônico de execução unificado – SEEU.

A cooperação está prevista para início em 5 de outubro de 2020 e término em 14 de outubro de 2020, podendo o período ser prorrogado se for imprescindível para a continuidade dos serviços, ou antecipado, caso seja possível.

[Leia mais](#)

Serviço de Atendimento Processual – SAP da área de Família e Sucessões na unidade de Contagem

[Resolução 280/2020](#)

Resolução institui Comissão de Gestão de Documentos (CGD) para auxiliar no desenvolvimento e condução política interna de gestão de documentos na DPMG

[Resolução 281/2020](#)

Centro de Conciliação e Mediação da Defensoria de Minas em Santa Luzia

[Resolução 283/2020](#)

Novos coordenadores locais

O defensor público José Walter Nogueira Soares é o novo coordenador na unidade de **Pará de Minas**, e a defensora pública Raquel Tolomelli Campos, de **Juiz de Fora** (resoluções 282 e 289 de 2020).

CORREGEDORIA-GERAL

Instrução da Corregedoria-Geral sobre atividades de caráter político

Por meio da Instrução Normativa nº 008/2020/CGDPMG, a Corregedoria-Geral faz recomendações aos defensores públicos, servidores e empregados públicos relativas a atividades e/ou manifestações de caráter político ou partidária.

[Leia aqui a Instrução](#)

SRLI/DPA INFORMA

Atualização do modelo de requisição de materiais de consumo

A Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado informa que o modelo de requisição de Materiais de Consumo foi atualizada e encontra-se disponível na aba "Dir. Patrimônio e Almoxarifado" no menu à direita.

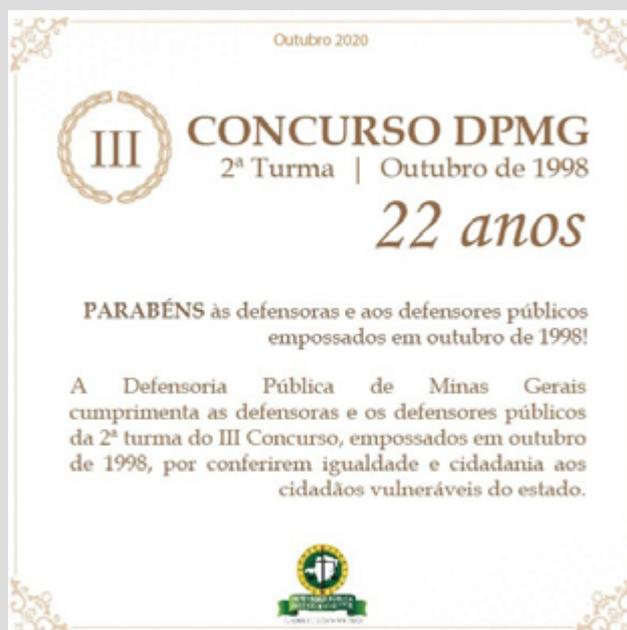
[Acesse aqui a página](#)

ASSOCIAÇÃO ÁREA MEIO

Asamdep-MG divulga edital de convocação para eleição da nova diretoria

A eleição será realizada durante a primeira assembleia geral ordinária de 2020, no dia 17 de outubro, por meio de videoconferência.

[Clique aqui para ler o edital](#)



NOTA DE PESAR

É com profundo pesar que a Defensoria Pública de Minas Gerais comunica o falecimento da **defensora pública aposentada Natália Mesquita Azevedo**, na terça-feira (29/9). Natália atuou durante 30 anos como defensora pública e em 2009 assumiu como diretora provedora da Santa Casa de Misericórdia de Boa Esperança. Aos familiares e amigos, nossas sinceras condolências e solidariedade.